

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Katlen Dayane Alves Soares

ACCOUNTABILITY:
Uma Análise Comparativa Entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Sobre a
Divulgação de Informações em Seus Sítios Eletrônicos

Brasília, DF
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Ivan Ricardo Gartner
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Katlen Dayane Alves Soares

ACCOUNTABILITY:

Uma Análise Comparativa Entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Sobre a Divulgação de Informações em Seus Sítios Eletrônicos

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof.Mestre Edmilson Soares Campos

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:

Contabilidade social e ambiental

Brasília, DF
2013

SOARES, Katlen Dayane Alves

Accountability: Uma análise comparativa entre os poderes executivo, legislativo e judiciário sobre a divulgação de informações em seus sítios eletrônicos. / Katlen Dayane Alves Soares -- Brasília, 2013.
Quant.p.17

Orientador: Prof. Mestre Edmilson Soares Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º/ 2013.

Bibliografia.

1. Accountability 2. Transparência 3. Internet 4. TICs

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

II. Título.

CDD –

Katlen Dayane Alves Soares

ACCOUNTABILITY:

Uma Análise Comparativa Entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Sobre a Divulgação de Informações em Seus Sítios Eletrônicos

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Edmilson Soares Campos
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Mestre Diana Vaz de Lima
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Brasília, DF, 01 de Março 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e sabedoria para realizar meus sonhos.

A todos os meus professores pela contribuição dada ao meu aprendizado e ao meu crescimento pessoal. Agradeço especialmente ao professor Edmilson pela disposição em ajudar e pela paciência dedicada a mim.

A minha mãe Sueli pelo carinho, pela dedicação e por ser a fonte que me inspira a superar os obstáculos de minha vida.

Ao meu pai Silva pelo carinho, dedicação e pelo apoio.

Ao meu namorado Roberth pelo incentivo, pela paciência e pela disposição em ouvir minhas idéias.

A minha irmã Amanda por agüentar minhas reclamações.

A minha amiga Karol pelas lições de “auto-ajuda” não só durante esse trabalho como em todas as fases da minha vida.

Aos meus colegas de trabalho por ouvirem minhas queixas e responderem minhas solicitações de sinônimos.

E por fim, aos meus colegas de classe por terem feito da graduação uma das melhores experiências da minha vida.

“A tarefa não é tanto ver o que ninguém viu ainda, mas pensar o que ninguém pensou sobre algo que todos veem”.

Arthur Schopenhauer

ACCOUNTABILITY:

Uma Análise Comparativa Entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Sobre a Divulgação de Informações em Seus Sítios Eletrônicos

RESUMO

Ações no sentido de aumentar a publicidade e conseqüentemente a transparência nas atividades da administração pública brasileira trouxeram a tona o termo *accountability*, palavra que significa prestação de contas, responsabilização, controle e fiscalização dos agentes públicos. Com o objetivo de fortalecer o exercício da *accountability* no Brasil foram criadas normas e mecanismos para facilitar a participação social nas atividades do governo e nos resultados delas decorrentes. São exemplos desses mecanismos os portais da transparência, criados para viabilizar o acesso via internet a informações sobre execuções orçamentárias e financeiras dos órgãos públicos. O presente trabalho tem como objetivo verificar o grau de divulgação de informações necessárias ao exercício da *accountability* nos portais eletrônicos dos órgãos e estabelecer com base nesses dados um comparativo entre o nível de evidenciação dos poderes nos âmbito federal, estadual e municipal. Os dados utilizados no estudo foram coletados nos sites eletrônicos dos órgãos selecionados e revelaram que há uma maior divulgação de informações nos órgãos do poder executivo federal. No entanto, o judiciário vem mudando a sua posição, haja vista a melhora no número de informações divulgadas por este poder, principalmente após a publicação da resolução 102/2009 do CNJ.

Palavras-chaves: *Accountability*, Transparência, Publicidade, Administração Pública, Portais da transparência.

1 INTRODUÇÃO

Accountability pode ser definida como o dever de prestar contas por quem desempenha funções de importância na sociedade e deve assumir a responsabilidade por seus atos. Esse termo foi abordado de forma direta pelos governantes do Brasil durante o processo de democratização coordenado por Bresser Pereira na década de noventa.

O caderno MARE número 01 previa em seu texto que um dos objetivos intermediários fundamentais em qualquer regime democrático é aumentar a responsabilização (*accountability*) dos governantes. Segundo esse caderno, os políticos devem estar permanentemente prestando contas aos cidadãos (Pereira, 1934). O interesse crescente da sociedade por questões relativas à gestão dos recursos públicos instigado pelos vários casos de corrupção e peculato cometidos no Brasil transformou o termo *accountability* em um assunto recorrente entre os interessados em verificar o caminho que os recursos percorrem após serem recebidos pelo Estado (Paludo, 2011).

A constituição de 1988 já apontava o exercício do controle social como um dos pilares para a existência de uma gestão pública democrática e eficiente, como objetivo de promover a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões e no controle das operações, sendo para tanto o Estado responsável por criar meios para que a sociedade exerça essa prerrogativa (Rocha, 2012).

Dessa forma, uma maneira de garantir a instrumentalização do controle social é através da disponibilização para a sociedade de informações precisas e tempestivas. É necessário que haja transparência nas ações do governo, o fornecimento de dados para a sociedade deve ser um dever do Estado. Sendo que este deve sempre divulgar as informações em linguagem acessível e em meios de grande circulação, garantindo o amplo acesso à informação prestada e consolidando os fundamentos de uma sociedade democrática. Além

disso, outro requisito essencial para o exercício do controle social é a transparência na gestão pública, regulamentada pela lei 131/2009, criada para complementar a lei de responsabilidade fiscal e garantir produção e divulgação sistemática de informações, principalmente sobre os atos de elaboração, execução e prestação de contas dos orçamentos.

O advento de novas tecnologias, principalmente as relacionadas à informação e comunicação (TICs), facilitou o trabalho de verificação das contas prestadas. Vários mecanismos foram criados pelos governos com a finalidade de promover uma maior participação da sociedade no processo de controle. Um exemplo disso são os chamados portais da transparência, onde informações sobre transações orçamentárias e financeiras de diversos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário podem ser verificadas tempestivamente.

Nesse contexto, o presente trabalho será norteado pela seguinte questão: **Qual o nível de evidenciação de informações necessárias ao processo de *accountability*, disponibilizadas via portais eletrônicos pelos poderes legislativo, executivo e judiciário?** O trabalho tem como principal objetivo analisar comparativamente as informações disponibilizadas em meios eletrônicos dos três poderes em um período de oito anos. Os objetivos específicos são verificar as informações pesquisadas nos portais de cada órgão que compõe a amostra, examinando em cada esfera qual o nível de divulgação dessas informações e se esses dados estão disponíveis para acesso público.

Trata-se de um estudo de natureza exploratória, analítica e descritiva, numa abordagem essencialmente qualitativa. Para alcançar os objetivos propostos essa pesquisa se valeu de dados disponíveis nos portais eletrônicos dos órgãos, obtendo as informações e elaborando uma lista de pontos baseadas na quantidade de dados disponíveis e na publicidade dada a eles.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de *Accountability*

O conceito de *accountability* se refere à idéia de responsabilização, controle e fiscalização dos agentes públicos. Apesar de não haver um consenso quanto ao seu significado, a idéia geral contida no termo é que há uma referência implícita à responsabilização pessoal pelos atos praticados e explícita à exigente prontidão para a prestação de contas, tanto no âmbito público como no privado. A *accountability* implica não apenas responsabilização do governante ou burocrata, mas também a capacidade de o agente fiscalizador demandar justificação destes por seus atos ou omissões. Entende-se que o termo significa manter indivíduos e organizações passíveis de serem responsabilizadas pelo seu desempenho, sendo, portanto um conjunto de abordagens, mecanismos e práticas usados pelos atores interessados para garantir um nível e um tipo desejados de desempenho dos serviços públicos. (CENEVIVA, 2006)

Segundo Campos (1990) o conceito de *accountability* embute as seguintes questões: Quem tem legitimidade para obrigar o seu exercício? Quem tem o poder de definir quem são os responsáveis pelo processo? Deste questionamento decorre o fato de que esse termo está estreitamente ligado ao conceito de democracia, quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*. De acordo com essa mesma autora “uma sociedade desmobilizada não será capaz de garantir a *accountability*”. E além disso, o desenvolvimento democrático de uma nação tende a buscar o apoio em novos instrumentos, incluindo entre esses aqueles relacionados ao exercício da *accountability* (PEDERIVA, 1998).

Logo se pode afirmar que para o exercício da *accountability* se faz necessário que haja um engajamento da sociedade no sentido de passar de uma atuação passiva de cliente dos

serviços públicos para uma atuação ativa, (CORBARI, 2004). Esse fato ocorre à medida que a sociedade vai amadurecendo (CAMPOS, 1990), a maioria dos estudiosos norte-americanos acredita que apenas com uma maior participação civil nas atividades dos governos as nações em desenvolvimento poderão oferecer maior segurança em suas operações, somente assim estas conseguirão expurgar a corrupção de suas fronteiras. Uma democracia forte é aquela em que seus cidadãos possuem legitimidade e meios para exercer de forma eficiente e completa o controle externo social, evitando fraudes e desvios de recursos públicos, fortalecendo a *accountability* e gerando aperfeiçoamento das práticas administrativas, (DANTAS e SOUSA JUNIOR, 2006), o pensamento desses autores é partilhado por Campos (1990) no seguinte trecho:

O exercício da *accountability* é determinado pela qualidade das relações entre governo e cidadão, entre burocracia e clientelas. O comportamento (responsável ou não responsável) dos servidores públicos é consequência das atitudes e comportamento das próprias clientelas. Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor. Uma sociedade precisa atingir certo nível de organização de seus interesses públicos e privados, antes de tornar-se capaz de exercer controle sobre o Estado. (CAMPOS, 1990, Pg. 06).

Para Schleder (1999) a noção de *accountability* está diretamente relacionada ao uso do poder e dos recursos públicos, segundo este autor deve-se tornar pública a consciência de que o titular da coisa pública é sempre o cidadão e não os políticos eleitos. Ressalta-se ainda que nas ações relacionadas à *accountability* quase sempre estão presentes três dimensões: informação, justificação e punição, essas dimensões podem ser vistas como diferentes modos para se evitar e corrigir abusos cometidos por governos, políticos e gestores públicos, “obrigando que seu exercício seja transparente; que os atos praticados sejam justificados; e sujeitando o poder à ameaça de sofrer sanções” (PALUDO, 2011).

2.2 Tipos de *accountability*

Segundo os autores O’Donel, Amaral, Dália, Campos, Delgado e Gómez existem três tipos de *accountability*: a horizontal, a vertical e a societal.

A horizontal pressupõe o controle do governo pelo próprio governo. Esse tipo de *accountability* é baseado no controle existente entre os próprios poderes – seguindo o princípio de separação dos poderes e o sistema de pesos e contrapesos – e na ação dos órgãos de controle criados para esse fim. A *accountability* horizontal ocorre através da mútua fiscalização e pressupõe uma ação entre iguais ou autônomos, refere-se a “transparência das ações da gestão pública em relação aos agentes que podem fiscalizá-las e puni-las” (AMARAL, 2007) e pressupõe que existam órgãos próprios de Estado detentores de “poder e capacidade, legal e de fato, para realizar ações, tanto de monitoramento de rotina quanto de imposição de sanções criminais ou de impeachment, em relação a ações ou omissões ilegais exercidas por outros órgãos ou agentes do Estado” (O’DONEL, 1991)

No Brasil há um déficit desse tipo de *accountability*, não são raros os casos de fraudes nos órgãos que deveriam ser responsáveis por expurgar os atos ilícitos do aparato estatal (HIRANO, 2007). Em virtude de esses serem partes integrantes do Estado, muitas vezes eles não são capazes de desenvolver com independência a função para qual foram criados. Segundo Dália (2007), para garantir que haja sucesso na execução da *accountability* horizontal é preciso que exista uma rede coordenada de instituições legais que atue eficientemente contra os segmentos poderosos do Estado, especialmente contra os altos cargos do governo. Esta questão deve ser primordial no estado democrático de direito, uma

vez que muitas vezes os governos democráticos violam a *accountability* horizontal com certa impunidade.

Segundo O'Donel (1991) a *accountability* vertical ocorre quando quem exerce o controle dos políticos são os cidadãos através de plebiscito, referendo e voto, ou mediante o exercício do controle social. Esse tipo de *accountability* pressupõe uma ação entre desiguais. São os mecanismos institucionais que possibilitam à sociedade civil exigir a prestação de contas pelos agentes públicos (O'DONEL, 1991). *Accountability* vertical se refere à “transparência das gestões em relação aos eleitores que podem assim fiscalizá-las e puni-las, principalmente através do voto em eleições livres e justas” (AMARAL, 2007).

Segundo Paludoes (2011) o tipo de *accountability* conhecido como social ou societal, é aquele que não está ligado ao cidadão nem ao voto, mas sim às diversas entidades sociais (associações, sindicatos, ONGs, mídia, etc.), que investigam e denunciam abusos cometidos e cobram responsabilização. Esse conceito se distancia de um entendimento predominante de associação entre *accountability* e as instituições democráticas, ele se refere ao papel da ação coletiva de organizações da sociedade civil na ampliação e no fortalecimento da democracia (DELGADO e GÓMEZ, 2011).

Apesar de o conceito de *accountability* ter começado a ganhar popularidade no Brasil a partir da terceira onda de democratização dos anos 80/90 (Paludo, 2011), até hoje não há a sua aplicação efetiva. A possibilidade de tornar a administração pública brasileira accountable está diretamente relacionada à chance de ocorrência de fatos relacionados à evolução da democracia. (CAMPOS, 1990). De fato, um estado accountable pode ser definido como aquele que possui alto nível de credibilidade junto à sociedade, sendo este status alcançado apenas com a efetivação da transparência nas ações realizadas (COELHO, 2000). Para Mattei (2009) a *accountability* governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos tais como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade. O processo eleitoral, apesar de ser essencial, por si só, não é ágil bastante para salvaguardar o interesse público. A legitimidade do poder delegado (pelo Povo ao Estado) precisa ser assegurada pelo exercício ativo da cidadania, por partidos políticos sintonizados com seus eleitores e por uma opinião pública bem-informada.

2.3 Publicidade e Transparência

A publicidade e a transparência nas ações governamentais são preceitos indispensáveis para a construção de um Estado accountable, porquanto somente uma sociedade informada é capaz de cobrar (Reforma da Administração Pública, 1999). A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 37 já abordava o princípio da publicidade, instituindo que os atos praticados pelos agentes administrativos não devem ser, salvo as ressalvas legalmente estabelecidas e as decorrentes de razões de ordem lógica, sigilosos. Essa norma institui que o processo administrativo deve ser público e acessível, demonstrando a preocupação do legislador em garantir que os cidadãos tenham, a toda hora, informações sobre os processos que ocorrem no âmbito público, para serem então capazes de agir com propriedade e garantirem a execução do controle social de forma eficiente (SCHWANKA, 2011). Bulos (2000) ressalta que a atenção ao princípio da publicidade tem como escopo "manter a total transparência na prática dos atos da Administração Pública", associando-o dessa forma à garantia de acesso do cidadão aos registros públicos, possibilitando a atuação da sociedade no controle das ações públicas.

Apesar dos conceitos de publicidade e transparência serem muitas vezes empregados com um mesmo sentido, as palavras não são sinônimos (CRUZ et al, 2007). Enquanto a publicidade foi instituída pela Constituição Federal de 1988, o conceito de transparência passou a receber maior atenção com a publicação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio

de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A transparência aparece nessa lei como um mecanismo para que a sociedade possa tomar conhecimento das contas e ações governamentais, sendo indispensável para o exercício da *accountability*. Cruz et al (2001) apresentam o entendimento dado à transparência na LRF da seguinte forma:

A transparência na gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações. (Cruz et al, 2001, p. 183)

Vale lembrar que transparência pressupõe não só a publicidade das ações como também a compreensibilidade das mesmas. Esse aspecto é destacado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC, 2000), enfatizando que o princípio da transparência é mais amplo que o da publicidade, pois “a mera divulgação sem tornar o conteúdo compreensível para a sociedade não é transparência, como também não o é a informação compreensível sem a necessária divulgação”.

Além disso, destaca-se que recentemente a sociedade brasileira ganhou uma nova ferramenta no auxílio à busca por transparência nas ações dos agentes públicos, no dia 18 de novembro de 2011 foi publicada a lei nº 12.527, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Essa lei define como regra geral a observância da publicidade e coloca o sigilo como exceção, de acordo com essa norma os órgãos que compõe o aparato estatal deverão divulgar informações de interesse público independente de solicitação, estabelecendo ainda a publicidade das informações como um dever de caráter geral, garantindo que essas informações deverão ser divulgadas em meios eletrônicos, facilitando dessa forma o acesso dos cidadãos.

2.4 Tecnologias da informação

Diversas formas de divulgação podem ser usadas para garantir que haja publicidade e transparência nas ações dos agentes públicos. Segundo Ribeiro (2007), com a disseminação do acesso a internet ocorrido nos últimos anos, esse meio se transformou no principal vetor de uma relação direta entre o governo e os cidadãos. A internet e outras inovações tecnológicas dela decorrentes ampliaram os meios de divulgação das informações sobre contas públicas, aumentando a publicidade das mesmas (RIBEIRO,2007).

Uma das iniciativas instituídas por meio legal no sentido de obrigar a divulgação de informações sobre contas públicas via meio eletrônico foi a LEI Nº 9755/98 que criou o portal eletrônico “contas públicas” responsável por divulgar informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Segundo Dowbor (2001) “uma sociedade bem informada é uma sociedade que pode passar a funcionar. Não é uma condição suficiente, mas seguramente necessária”. Kopits (1998) afirma que as informações sobre contas públicas, quando expostas à população, seja por meio da internet, seja por meio de jornais e revistas, permitem à comunidade avaliar as intenções políticas de um governo, suas prioridades e sua implementação. O acesso público a esses tipos de documentos é essencial para garantir que o governo justifique não só sua gestão financeira à sociedade, mas também para que esta última possa realmente participar dos debates orçamentários (KOPITS, 1998).

Araújo (2008) aborda o fato de que a corrupção reforça a utilização de tecnologias da informação. A busca de formas mais adequadas e eficazes de coibir erros na administração do erário surge como determinante no processo orçamentário. Vale lembrar que o Brasil tem sempre aparecido em destaque nos índices internacionais referentes à corrupção, figurando

entre os dois terços de países do mundo nos quais sua verificação é maior (MIRANDA, 2010). A existência de uma rede de sistemas interligados e de ampla divulgação é tida com uma forma de tornar as ações do governo mais visíveis, diminuindo assim o monopólio de conhecimento existente em nosso país (Campanário, 2002).

A crescente informatização nas operações dos agentes públicos culminou na criação da expressão e-governo, utilizada para descrever as ações governamentais que se utilizam das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais, viabilizando a propagação de informações e a participação popular na gestão pública (Barbosa et al, 2009). Segundo o portal eletrônico oficial do e-governo brasileiro, esse projeto tem como objetivos transformar a relação da administração pública com a sociedade e promover interatividade com cidadãos, empresas e órgãos governamentais, trazendo melhoras ao processo de democratização do país, dinamizando os serviços públicos e proporcionando uma administração pública mais eficiente, visto que o e-governo cria para a sociedade um instrumento para que ela possa se manifestar junto às ações governamentais (E-GOVERNO, 2000).

Outro mecanismo instituído com o intuito de melhorar a visibilidade das ações dos agentes públicos foram às páginas de transparência, criadas conforme artigo 2º do Decreto nº 5482/2005 em todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, com o objetivo de dar ampla divulgação a dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, ampliando assim as formas de controle sobre o dinheiro público.

2.5 Requisitos legais quanto à divulgação de informações em sítios eletrônicos dos poderes executivo, legislativo e judiciário

2.5.1 Poder Executivo

As principais ações do poder executivo no sentido de garantir a publicidade e a transparência em suas ações decorrem da exigência constitucional de publicidade (artigo 37º CF 1988) e das exigências feitas pela lei de responsabilidade fiscal, acrescidas das impostas pela lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Além disso, a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, lei de criação da *homepage* Contas Públicas, o decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, lei de acesso à informação, também dão providências sobre a ampla divulgação das informações produzidas por este poder.

Uma fonte muito importante de informação sobre as operações do poder executivo federal no âmbito da internet é o portal da transparência (Nazário, Rover e Silva, 2012). Essa página eletrônica foi criada em 2004, por uma iniciativa da controladoria geral da união, com o objetivo de fornecer dados confiáveis e tempestivos sobre o caminho que o dinheiro público percorre após o seu ingresso nos cofres públicos (CGU, 2013).

Outra norma que tem como objetivo disciplinar a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores é a portaria interministerial nº 140, de 16 de março de 2006, que dispõe sobre informações relativas à execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, disponibilizadas exclusivamente para fins de controle social e propõe que todos os órgãos e entidades abrangidos no escopo dessa norma deverão manter em seus respectivos sítios eletrônicos na internet, páginas denominadas “Transparência Pública”, tendo essa por conteúdo mínimo informações sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias, além de outros conteúdos que vierem a ser estabelecidos.

2.5.2 Poder Legislativo

As disposições sobre publicidade e transparência impostas pelo artigo 37º da CF 1988, pela lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e pela lei de responsabilidade fiscal, acrescidas das disposições da lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, também se aplicam ao poder legislativo.

O Legislativo também tem investido na criação de páginas de transparência a fim de divulgar no mínimo informações sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias, concessão de suprimento de fundos, entre outros. Esses portais têm como missão promover a visibilidade dos gastos públicos e incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética (CGU, 2012).

O poder legislativo vem caminhando para um processo de maior publicidade de suas ações garantindo assim um amplo acesso da sociedade às suas atividades e aos resultados delas decorrentes (LOPES, 2009).

2.5.3 Poder Judiciário

Nos últimos anos tem se verificado uma tendência de aumento da visibilidade sobre as ações do poder judiciário. Para Badin (2012) a tradicional propensão ao segredo vem cedendo lugar à sedimentação de uma cultura da transparência; as resistências ainda são fortes, mas podem ser citados alguns exemplos de como o judiciário está superando um atraso administrativo notável em relação ao executivo.

As mudanças ocorridas no poder judiciário vêm sendo verificadas principalmente após a Reforma ocorrida no poder, por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 45. Segundo Badin, apesar de a Constituição de 1988 já prever o desejo de uma estrutura mais transparente, o processo de modernização administrativa só recebeu impulso político efetivo a partir de 2004. Desse ano para cá, podemos observar alguns resultados efetivos do programa institucional da Reforma do Judiciário. (BADIN, 2012).

A resolução do CNJ de nº 102 de 15 de novembro de 2009, alterada pela resolução nº 151, de 05 de julho de 2012 é um dos instrumentos normativos que regula as ações de transparência nas ações do judiciário. Essa norma elaborada à luz da lei complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 tem como objetivo dispor sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectiva estrutura remuneratórias dos tribunais e conselhos.

Os dados exigidos por essa norma deverão estar disponíveis em página de transparência, que poderá ser acessada através de link na página inicial do sítio de cada órgão. Além disso, essas informações deveram estar em linguagem acessível, a fim de facilitar o exercício da *accountability* pelos cidadãos.

3 METODOLOGIA

O método de abordagem utilizado nesse estudo foi o indutivo, processo científico que visa obter conclusões gerais a partir de premissas individuais. A pesquisa partiu de informações individuais sobre os órgãos pesquisados para inferir conclusões sobre o nível de divulgação das informações em todos os órgãos que compõem o aparato estatal.

Quanto aos procedimentos, esse estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica e de levantamento, tendo em vista a utilização de textos de diversas fontes para promover um panorama com as várias contribuições científicas disponíveis sobre o tema e também da coleta de dados referentes a uma determinada população com base em uma amostra selecionada, dos quais se deseja saber o comportamento.

Quanto à abordagem do problema o estudo utiliza uma abordagem qualitativa. Para coletar informações sobre os sítios eletrônicos dos órgãos foram criadas fichas de controles que se assemelham aos papéis de trabalho dos auditores com a finalidade de documentar as observações feitas ao longo do estudo.

Visando identificar qual o nível de evidenciação de informações necessárias ao processo de *accountability*, disponibilizadas via portais eletrônicos pelos poderes legislativo, executivo e judiciário a pesquisa teve como alvo os portais de transparência ou páginas eletrônicas similares dos órgãos que compõem a amostra selecionada.

A amostra selecionada foi formada por 143 órgãos, sendo sessenta órgãos representantes do executivo, 43 do legislativo e 40 do judiciário. Essa amostra foi escolhida face às limitações de órgãos no poder legislativo federal e pelo fato de não existir Judiciário municipal. A população do estudo em questão são todos os sítios e portais de transparência dos órgãos das três esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário. A amostra foi escolhida através da seleção aleatória dos sites com maior número de acesso via internet nos últimos sete anos, o número de acessos foi obtido nas próprias páginas e os endereços dessas foram encontrados a partir de sites de busca comuns.

A amostra dos estados e municípios foi elaborada através da seleção de quatro representantes de cada região, o Distrito Federal para fins de composição de amostra foi considerado como estado da região Centro-Oeste. Essa regra foi aplicada para a seleção dos portais eletrônicos dos governos estaduais e municipais e também para escolha das assembleias legislativas e câmaras municipais (representantes do poder legislativo estadual e municipal respectivamente) e dos tribunais de justiça dos estados. Já na amostra dos órgãos representantes dos poderes no âmbito federal, importa ressaltar que os resultados obtidos no poder executivo foram separados pelos tipos de administração (direta ou indireta) com a finalidade de maior ganho informacional.

As fichas de controles elaboradas têm como principal objetivo facilitar a coleta dos dados pesquisados bem como a análise destes. A construção desses mecanismos de registro de dados teve como base as tabelas elaboradas por Santana Júnior (2008). Foram colhidos os dados referentes à Execução orçamentária; Contratos; Licitações; Convênios; Diárias e passagens; Gastos com cartões de pagamento (cartões corporativos, suprimento de fundos ou verba indenizatória); Remuneração; e Prestação de contas (Incluem-se aqui relatórios de auditorias e outros instrumentos de avaliação procedidos de órgãos de controle interno ou externo). Essas informações foram escolhidas por abrangerem de forma geral os fatos relativos a informações econômico-financeira dos entes escolhidos. Os dados foram coletados entre o período de 20/11/2012 a 20/01/2013 e abrangem um horizonte temporal de sete anos (2005 a 2011).

Quando da verificação da disponibilidade da informação pesquisada no sítio eletrônico do órgão, foi conferido a este uma pontuação. Cada informação equivale a um ponto podendo a “nota” de cada instituição variar de 0 a 8. Para definir o nível esses valores foram transformados em uma escala de 0 a 1, onde 0 equivale ao nível mais baixo de divulgação e 1 ao mais alto. Para a realização da análise os dados foram segregados em quartis. A divisão por quartis é uma medida de posição utilizada na estatística para dividir os dados em quatro partes iguais, sendo que o primeiro divisor do quartil é um valor médio tal que 25% dos valores das variáveis são menores e os outros 75% maiores, o segundo quartil (Q2) é igual à mediana onde abaixo ou acima dele se situam 50% dos casos, o terceiro quartil (Q3) é um número onde abaixo dele se situam 75% dos casos e acima 25%. Nesse estudo o primeiro quartil correspondente ao nível muito baixo (MB); o Q₂ ao nível baixo; Q₃ ao nível médio; e os dados localizados acima do Q₃ são aqueles que obtiveram nível alto (acima de 0,75).

4 COMPARATIVO ENTRE OS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.

A partir da análise dos sítios eletrônicos dos órgãos dos três poderes e da elaboração de fichas de controle com as informações obtidas, foram elaboradas tabelas que apresentam o percentual de divulgação e o nível de evidenciação das informações necessárias a *accountability* por cada poder nas esferas federal, estadual e municipal. Os valores apresentados nas tabelas correspondem ao percentual de informações divulgado por cada órgão ou região, o \bar{X}_1 corresponde à média de divulgação anual da esfera, enquanto o \bar{X}_2 representa a média de divulgação por órgão em todo o período pesquisado. Os resultados obtidos são demonstrados nas tabelas a seguir que retratam o nível de evidenciação de informações necessárias ao exercício da *accountability* nos três poderes e nas três esferas para o período de 2005 a 2011.

Segundo a Tabela 1, os órgãos da administração direta do poder executivo federal obtiveram no decorrer da pesquisa um nível alto de divulgação das informações necessárias à *accountability* em seus portais eletrônicos. Desde o primeiro ano da pesquisa (2005), já se podia verificar a publicidade de 75% das informações exigidas pela portaria interministerial nº 140 de 16 de março de 2006. No entanto, apesar do alto nível de divulgação verificado, apenas o ministério da educação divulgou informações sobre suprimento de fundos em sua página, informação que embora esteja disponível no portal da transparência do governo federal não foi divulgada pelos demais órgãos em seus próprios portais.

Tabela 1 – Nível de Evidenciação Executivo Federal – Administração Direta

Órgão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{X}_2	Nível
Esportes	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	Médio
Cidades	75%	75%	75%	88%	88%	88%	88%	82%	Alto
Transportes	75%	75%	75%	75%	88%	88%	88%	80%	Alto
Fazenda	75%	75%	88%	88%	88%	88%	88%	84%	Alto
MPOG	88%	88%	88%	88%	88%	88%	88%	88%	Alto
Cultura	63%	63%	75%	88%	88%	88%	88%	79%	Alto
Saúde	75%	75%	75%	75%	88%	88%	88%	80%	Alto
Educação	75%	75%	75%	100%	100%	100%	100%	89%	Alto
Relações exteriores	75%	75%	75%	75%	75%	88%	88%	79%	Alto
MAPA	75%	88%	88%	88%	88%	88%	88%	86%	Alto
\bar{X}_1	75%	76%	79%	84%	86%	88%	88%	82%	Alto
Nível Anual	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	

Fonte: Dados da pesquisa

O percentual de divulgação obtido pela administração direta do executivo federal não foi mais elevado porque as informações relacionadas à concessão de diárias e passagens só passaram a ser divulgadas na maioria dos órgãos a partir de 2007. Entretanto, após o ano de 2009 todos os órgãos, com exceção do ministério dos esportes, divulgaram dados sobre essas operações. Outra ocorrência que acarretou em um menor percentual de divulgação nessa esfera foi o fato do ministério da educação ser o único órgão dessa esfera a divulgar 100% das informações necessárias a *accountability*.

O ministério dos esportes foi o responsável pelo menor percentual de divulgação de informações dentre os representantes dessa esfera, divulgando 75% das informações durante os anos pesquisados. O segundo pior resultado foi obtido pelo ministério da Cultura que divulgou o menor percentual de informações, 63%, no primeiro ano da pesquisa ano. Contudo

ao decorrer dos anos pesquisados houve uma evolução no quadro desse órgão que passou a divulgar 88% das informações avaliadas em 2011, o que garantiu a esse um nível alto de evidenciação.

Os dados da tabela 2 demonstram que na administração indireta do executivo federal menos da metade da amostra apresentou um nível alto de divulgação de informação em seus portais eletrônicos no primeiro ano da pesquisa, esse fato foi ocasionado pelo baixo índice de divulgação de informações sobre todos os itens pesquisados, sendo apenas as informações sobre prestação de contas divulgadas com maior intensidade. Nos demais anos da pesquisa os órgãos apresentaram um crescimento no nível de divulgação, este provocado pela maior divulgação de informações relativas à execução orçamentária, licitações, contratos e diárias e passagens. No último ano da pesquisa apenas a ANVISA, o BNDS e a Petrobrás não alcançaram um nível alto de publicidade em seus sítios eletrônicos, isso ocorreu devido à falta de informações sobre diárias e passagens, suprimento de fundos e remuneração dos servidores nas páginas eletrônicas desses órgãos.

As informações que receberam maior divulgação nessa esfera foram as concernentes a contratos e prestações de contas, divulgadas por todos os órgãos a partir do ano de 2008. Os dados com menor percentual de evidenciação nos primeiros quatro anos da pesquisa foram os relativos a diárias, passagens e cartões de pagamento do governo federal. No entanto, a partir do ano de 2010 a maioria dos entes pesquisados passou a divulgar informações sobre concessão de diárias e passagens, o mesmo não pode ser dito das informações sobre cartões de pagamento que não foram divulgadas por nenhum órgão e em nenhum dos anos pesquisados.

Tabela 2 – Nível de evidenciação Executivo Federal – Administração Indireta

Órgão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{X}_2	Nível
BACEN	50%	50%	63%	63%	63%	63%	63%	59%	Médio
Anatel	50%	63%	75%	75%	75%	75%	75%	70%	Médio
ANA	75%	75%	75%	75%	88%	88%	88%	80%	Alto
ANTT	75%	88%	88%	88%	88%	88%	88%	86%	Alto
ANVISA	25%	38%	50%	50%	50%	50%	50%	45%	Baixo
Correios	50%	50%	63%	63%	63%	75%	75%	63%	Médio
BNDS	50%	50%	50%	50%	50%	63%	63%	54%	Médio
Petrobras	13%	13%	13%	50%	50%	50%	63%	36%	Baixo
UFRJ	75%	75%	75%	75%	75%	88%	88%	79%	Alto
UFPE	75%	75%	75%	75%	75%	88%	88%	79%	Alto
\bar{X}_1	54%	58%	63%	66%	68%	73%	74%	65%	Médio
Nível Anual	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à análise sobre o nível de evidenciação das informações necessárias ao exercício da *accountability* realizado pelo poder executivo estadual o resultado obtido nas visitas a cada página eletrônica foi consolidado por regiões a fim de melhor apresentar os resultados obtidos.

Nos cinco primeiros anos da pesquisa os estados da região norte do Brasil apresentaram um baixo nível de divulgação de informações, sendo esse fato ocasionado principalmente pela baixa divulgação de dados via internet realizado pelo estado do Amapá em todos os anos da pesquisa. A partir do ano de 2010 houve um aumento no percentual de divulgação dessa região que passou a ser de 69%, chegando a 75% no último ano da pesquisa.

Essa evolução pode ser explicada pelo aumento ocorrido no número de informações publicadas na página eletrônica do governo do estado do Amazonas, e também pelo fato do governo estadual de Tocantins divulgar a partir do penúltimo ano da pesquisa todas as informações pesquisadas.

Quanto aos dados pesquisados sobre a região Nordeste do Brasil, o portal eletrônico do governo da Bahia não disponibiliza link para a página de transparência do estado. Além disso, esse estado não possui uma página denominada portal da transparência, possui apenas uma seção com o título de “senha aberta”, contudo a mesma não disponibiliza todas as informações pesquisadas. O estado do Maranhão também apresentou problemas em sua página eletrônica, que não funcionou em nenhuma das visitas realizadas (em 20/12/2012 e em 23/01/2013). No primeiro acesso a página eletrônica não abria e na segunda visita o site funcionava, mas algumas informações não estavam disponíveis. Devido a esses fatores e também à pouca divulgação das informações - mesmo nos sites que funcionam - o nível de divulgação nos portais eletrônicos dos estados da região Nordeste variou nos seis primeiros anos da pesquisa, de muito baixo a baixo, sendo que essa região só passou a divulgar um nível médio de informações no ano de 2011.

O Centro-Oeste apresentou o segundo pior nível de divulgação de dados em seus sítios eletrônicos, ficando a frente apenas da região nordeste. Esse resultado foi decorrente da fraca publicação de informações realizada pelo estado do Mato Grosso, que só divulgou informações sobre licitações e execução orçamentária. Esse baixo índice também foi ocasionado pela falta de informações sobre suprimento de fundos nas páginas dos órgãos, sendo que apenas o Distrito Federal divulgou dados sobre esse item e somente a partir do último ano da pesquisa.

Na região Sudeste o baixo resultado obtido nos quatro primeiros anos da pesquisa (2005-2008) foi devido à baixa divulgação de informações realizada pelo estado do Espírito Santo. A partir do ano de 2009 a região obteve um avanço quanto ao nível de divulgação das informações pesquisadas, evidenciando a partir desse ano um nível médio de dados relativos ao exercício da *accountability*. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelo crescimento na divulgação de dados no estado de São Paulo. No ano de 2010 houve mais um aumento nesse percentual, o nível de evidenciação das informações pesquisadas nessa região passou a ser de 61%, no entanto embora tenha conseguido um nível médio de evidenciação metade dos estados dessa região não divulgou dados sobre diárias, passagens e suprimento de fundos, sendo essas informações divulgadas apenas pelos estados de São Paulo e Espírito Santo.

A região Sul do Brasil divulgou em média 56% das informações pesquisadas, esse percentual garantiu a essa região um nível médio de evidenciação das informações pesquisadas em seus portais eletrônicos. O Rio Grande do Sul divulgou no último ano da pesquisa $\frac{3}{4}$ das informações avaliadas, sendo este o estado que mais contribuiu para o aumento do nível de evidenciação desta região. Os dados mais divulgados durante o período de 2005 a 2011 foram os referentes à execução orçamentária, licitações, diárias e passagens. Nenhum estado dessa região divulgou informações sobre suprimento de fundos, o que não permitiu a ela atingir um melhor índice de divulgação.

Na tabela 3 são demonstrados os resultados obtidos pelos órgãos do executivo estadual quanto ao nível de evidenciação de informações via portais eletrônicos. A análise desses dados evidenciou que somente sete dos vinte municípios pesquisados divulgou ao menos metade das informações buscadas na pesquisa, isso justifica o porquê do baixo nível de divulgação obtido por todas as regiões nessa esfera. Sendo que as regiões norte e nordeste obtiveram o pior resultado, divulgando informações em nível muito baixo (MB).

Tabela 3 – Nível de evidenciação Executivo Estadual – Regiões

Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{x}_2	Nível
Norte	34%	38%	41%	41%	44%	69%	75%	49%	Médio
Nordeste	6%	13%	22%	25%	44%	44%	47%	29%	Baixo
Centro Oeste	22%	34%	41%	44%	44%	47%	56%	41%	Baixo
Sudeste	25%	28%	38%	47%	72%	75%	78%	52%	Médio
Sul	16%	46%	54%	58%	71%	71%	75%	56%	Médio
\bar{x}_1	21%	32%	39%	43%	55%	61%	66%	45%	Baixo
Nível Anual	MB	MB	MB	Baixo	Médio	Médio	Médio	Baixo	

Fonte: Dados da pesquisa

Ademais, o baixo resultado encontrado é justificado também pelos insuficientes níveis de evidenciação das informações pesquisadas obtidos pelos municípios que compõem a amostra. Há uma grande disparidade entre os municípios quando se trata do incentivo a participação social via publicidade e transparência. Enquanto a cidade de Goiânia divulgou no último ano da pesquisa mais de $\frac{3}{4}$ das informações verificadas no estudo; os municípios de Joinville – SC, Aparecida de Goiânia – GO e São Luís – MA divulgaram menos de $\frac{1}{4}$ das informações verificadas. Além disso, onze dos vinte municípios pesquisados apresentaram nível baixo ou muito baixo de divulgação das informações.

Tabela 4 – Nível de evidenciação *accountability* Executivo Municipal – Regiões

Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{x}_2	Nível
Norte	13%	13%	13%	16%	19%	31%	38%	20%	MB
Nordeste	17%	17%	17%	17%	21%	31%	31%	21%	MB
Centro-Oeste	25%	31%	31%	31%	44%	50%	53%	38%	Baixo
Sudeste	22%	28%	34%	41%	53%	59%	59%	42%	Baixo
Sul	16%	13%	16%	25%	38%	41%	53%	29%	Baixo
\bar{x}_1	18%	20%	22%	26%	35%	43%	47%	30%	Baixo
Nível Anual	MB	MB	MB	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme tabela abaixo, no decorrer da pesquisa o legislativo federal apresentou um percentual relativamente baixo. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que nenhum dos portais eletrônicos dos órgãos analisados desta esfera divulgou informações sobre convênios e de que apenas o Senado Federal divulgou informações sobre suprimimento de fundos.

Realizando uma análise comparativa entre os integrantes dessa esfera podemos notar que o Senado Federal, em todos os anos, foi o órgão que mais divulgou informações necessárias ao processo de *accountability*, chegando a divulgar 88% das informações pesquisadas a partir do ano 2009.

Observando os dados obtidos com a pesquisa, pode se afirmar que o poder legislativo ainda tem um longo caminho no que concerne à divulgação de informações em seus sites. Há um atraso deste poder frente ao poder Executivo Federal, visto que o maior nível de divulgação no legislativo federal para os sete anos da pesquisa é igual ao nível mais baixo verificado nos entes analisados na administração direta do poder executivo.

Tabela 5 – Nível de evidenciação *accountability* Legislativo Federal

Órgão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{x}_2	Nível
Senado	50%	63%	63%	75%	88%	88%	88%	73%	Alto
Câmara	13%	25%	25%	25%	25%	63%	63%	34%	Baixo
TCU	13%	25%	25%	63%	63%	63%	75%	46%	Médio
\bar{x}_1	25%	38%	38%	54%	58%	71%	75%	51%	Médio
Nível Anual	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto	Médio	

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 6 é evidenciado o resultado obtido pelos portais eletrônicos do legislativo estadual durante os sete anos da pesquisa. A publicidade dada às informações verificadas nesse estudo no legislativo estadual ficou entre as mais baixas de todos os poderes e esferas observadas. A única região a atingir um nível médio de divulgação em algum dos anos da pesquisa foi a região Sudeste, no entanto essa situação só foi possível devido ao alto grau de divulgação de informações pela Assembleia legislativa de Minas Gerais, órgão que desde o primeiro ano da pesquisa já apresentava um alto nível de informações em sua página eletrônica; sendo a única informação não divulgada por esse órgão a referente à prestação de contas.

O baixo resultado obtido pelo legislativo estadual como um todo pode ser explicado pelo fato de que alguns dos portais eletrônicos pesquisados não funcionavam da forma que deveriam. O site da assembleia legislativa de Pernambuco nem ao menos possuía uma seção com o título transparência ou similar e nenhuma das informações buscadas na pesquisa foram encontradas pela ferramenta mapa do site; o mesmo aconteceu no sítio eletrônico da assembleia legislativa do Piauí. Ademais, o portal da transparência da assembleia legislativa do estado do Amapá estava passando por reformas e não pode ser avaliado, ao acessar esta página a seguinte mensagem era fornecida: “Estamos reformulando o Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Amapá para melhor atender a Lei nº 12527/2011”.

O nível médio geral de evidenciação das informações necessárias ao exercício da *accountability* no poder legislativo estadual ficou entre 8% em 2005 e 40% em 2011, conferindo a essa região um baixo nível de divulgação de suas informações e revelando a carência de um controle mais rígido sobre esses entes a fim de um aumento no nível de informações divulgadas.

Tabela 6 – Nível de evidenciação *accountability* Legislativo Estadual – Regiões

Órgão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{x}_2	Nível
Norte	0%	17%	21%	21%	25%	25%	38%	21%	MB
Nordeste	0%	3%	3%	3%	6%	22%	31%	10%	MB
Centro Oeste	0%	13%	13%	19%	22%	31%	34%	19%	MB
Sudeste	25%	31%	38%	44%	47%	47%	53%	41%	Baixo
Sul	17%	21%	29%	29%	29%	33%	42%	29%	Baixo
\bar{x}_1	8%	17%	21%	23%	26%	32%	40%	24%	Baixo
Nível Anual	MB	MB	MB	MB	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	

Fonte: Dados da pesquisa

O nível de divulgação das informações nas câmaras municipais variou de muito baixo a médio no período em que foi realizada a pesquisa, conforme demonstra a tabela 7. Os órgãos representantes da região norte foram as que menos divulgaram informações, sendo que nos três primeiros anos da pesquisa nenhuma informação foi divulgada nesta região. Apenas em 2008 houve uma mudança nesse quadro, quando esses órgãos passaram a divulgar 3% dos

dados pesquisados, todavia somente no último ano da pesquisa essa região conseguiu sair do nível muito baixo de divulgação, elevando neste ano o seu percentual de divulgação para 36%.

A região Sudeste voltou a apresentar o melhor resultado quanto à divulgação dos dados pesquisados, chegando a divulgar 68% das informações no último ano da pesquisa. Porém, esse resultado não foi suficiente para garantir a essa região um nível alto de divulgação de dados, pois em todos os outros anos as médias obtidas variaram de baixo a médio.

Analisando os dados contidos na tabela 6 podemos verificar que há uma tendência crescente de divulgação de dados nos sítios eletrônicos das câmaras municipais brasileiras. Esses entes passaram de um percentual de divulgação de 9%, no primeiro ano do estudo, para 51% no último ano; fato esse que configura uma variação positiva de 42% no nível total de informações divulgadas.

Estabelecendo um comparativo entre o poder legislativo e o poder executivo no âmbito municipal, podemos observar que o executivo divulga em média 10% a mais de informações que o legislativo, o que pode ser explicado pelo fato de haver mais regulamentações sobre questões de publicidade e transparência de informações naquele do que neste poder.

Tabela 7 – Nível de evidenciação *accountability* Legislativo Municipal

Órgão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{x}_2	Nível
Norte	0%	0%	0%	3%	3%	6%	19%	4%	MB
Nordeste	8%	13%	13%	13%	25%	25%	38%	19%	MB
Centro Oeste	4%	3%	3%	4%	17%	25%	50%	15%	MB
Sudeste	25%	25%	25%	25%	34%	56%	66%	37%	Baixo
Sul	9%	9%	19%	19%	22%	28%	38%	21%	MB
\bar{x}_1	9%	10%	12%	13%	20%	28%	42%	19%	MB
Nível Anual	MB	MB	MB	MB	MB	Baixo	Baixo	MB	

Fonte: Dados da pesquisa

O nível de divulgação das informações necessárias ao exercício da *accountability* no poder judiciário federal variou de baixo a alto durante o período em que foi realizada a pesquisa, conforme demonstra a tabela 8. No primeiro ano da pesquisa apenas 25% das informações eram divulgadas via internet, contudo dezoito dos vinte órgãos pesquisados já evidenciavam ao menos uma das informações avaliadas. Em 2005, bem como nos dois anos seguintes, apenas o TRT da 4ª região (Rio Grande do Sul) e o TRT da 8ª região (Pará e Amapá) não divulgaram nenhuma das informações buscadas.

O percentual relativamente alto obtido por essa esfera nos últimos anos da pesquisa advém do fato que dos órgãos pesquisados todos divulgaram informações sobre execução orçamentária e licitações a partir do ano de 2009. Também vale ressaltar que os gastos com diárias e passagens foram divulgados na grande maioria dos órgãos, fato que configura um avanço, tendo em vista que muitas vezes não é dada a essa informação devida publicidade.

Os tribunais regionais do trabalho da 2ª, da 3ª, da 7ª, da 9ª e da 10ª região divulgaram todas as informações pesquisadas no último ano da pesquisa. Os TRTs da 2ª e da 3ª região já davam publicidade a 100% dos dados avaliados deste o ano de 2009. Apesar de esses órgãos terem obtido a nota máxima quanto ao nível de evidenciação das informações necessárias a *accountability* em seus portais eletrônicos, isso não foi suficiente para aumentar o grau de divulgação do judiciário federal como um todo, visto que esse poder só divulgou em média

52% das informações verificadas durante os oito anos pesquisados. Esse percentual obtido pode ser explicado pelo baixo nível de divulgação apresentado pelo Superior Tribunal de Justiça, órgão que divulgou apenas três das oito informações pesquisadas e levou o resultado do poder como um todo para um nível mais baixo. Também se deve ressaltar o fato de que a grande maioria dos órgãos passou a apresentar informações um maior número de informações a partir de 2009. Ano em que entrou em vigor a resolução 102 do CNJ, responsável por regulamentar a publicação de informações referentes à gestão orçamentária e financeira nos órgãos do poder judiciário.

Analizando o grau de divulgação obtido no judiciário federal com as informações coletadas nos outros poderes, percebe-se que a resolução do CNJ de nº 102 de 15 de novembro de 2009, tem atingido o seu objetivo de dar maior publicidade às informações sobre gestão orçamentária e financeira, quadros de pessoal e estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos. O judiciário conseguiu, no último ano da pesquisa, obter um nível maior de evidenciação que o poder Legislativo, divulgando em média 80% das informações pesquisadas, enquanto o legislativo divulgou apenas 75%.

Tabela 8 – Nível de evidenciação *Accountability* Judiciário Federal

Órgão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{X}_2	Nível
STF	25%	38%	38%	38%	38%	63%	63%	43%	Baixo
STJ	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	Baixo
TST	50%	50%	50%	50%	63%	88%	88%	63%	Médio
TSE	25%	25%	25%	50%	50%	50%	50%	39%	Baixo
TRF 1	13%	38%	38%	38%	38%	38%	38%	34%	Baixo
TRF 2	13%	13%	38%	38%	38%	50%	50%	34%	Baixo
TRF 3	38%	38%	75%	75%	75%	75%	75%	64%	Médio
TRF 4	0%	0%	0%	0%	25%	38%	50%	16%	MB
TRF 5	25%	25%	63%	63%	75%	75%	75%	57%	Médio
TRT 1	38%	38%	63%	75%	75%	75%	75%	63%	Médio
TRT 2	13%	13%	13%	13%	100%	100%	100%	50%	Médio
TRT 3	50%	50%	75%	75%	100%	100%	100%	79%	Alto
TRT 4	13%	13%	13%	13%	88%	88%	88%	45%	Médio
TRT 5	38%	38%	75%	75%	75%	75%	75%	64%	Médio
TRT 6	13%	13%	13%	13%	38%	63%	63%	30%	Médio
TRT 7	38%	38%	50%	50%	88%	88%	88%	63%	Médio
TRT 8	0%	0%	0%	13%	63%	63%	63%	29%	Baixo
TRT 9	38%	38%	38%	38%	88%	88%	88%	59%	Médio
TRT 10	25%	25%	38%	63%	88%	88%	88%	59%	Médio
\bar{X}_1	25%	27%	38%	42%	64%	70%	70%	48%	Médio
Nível Anual	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto	Alto	Médio	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados na tabela 9, o poder judiciário no âmbito estadual divulgou em média 47% das informações pesquisadas nos oito anos em que foi realizado o estudo. A região Sul foi a responsável pelo maior nível de evidenciação nessa esfera, divulgando 75% dos dados pesquisados no ano de 2011. Esse desempenho decorreu do fato de que todos os tribunais de justiça dos estados dessa região divulgaram informações sobre a sua gestão orçamentária e financeira.

As regiões Norte e Sudeste foram as que obtiveram o menor nível de divulgação das informações pesquisadas. No norte o judiciário, representado pelos tribunais de justiça dos estados do Amazonas, Pará, Amapá e Acre, mostrou uma tendência crescente de divulgação dos dados necessários ao exercício da *accountability* apresentando um percentual de divulgação de 22% em 2005 e chegando a divulgar 59% dos dados pesquisados em 2011, o que configura um aumento de 46% no total de informações divulgadas durante o período. Essa região ao decorrer da pesquisa apresentou um nível médio de divulgação das informações, o único tribunal a conseguir um nível alto foi o do Amapá que divulgou $\frac{3}{4}$ das informações pesquisadas. Já o baixo resultado obtido pela região Sudeste foi ocasionado pela quase inexistente divulgação de dados via portal eletrônico realizada pelo tribunal de justiça do Espírito Santo, ente que em todos os anos da pesquisa divulgou apenas informações sobre licitações, não pontuando em nenhum dos outros itens da pesquisa.

As informações sobre licitações foram as únicas divulgadas por todos os tribunais estaduais. No entanto, com exceção do Tribunal de justiça do Espírito Santo, todos os demais órgãos que compõem essa amostra divulgaram informações sobre execução orçamentária e remuneração dos servidores.

Relacionando os dados obtidos nos tribunais de justiça dos estados com os dados obtidos no âmbito estadual dos outros poderes, podemos verificar que o judiciário estadual divulga em seus portais eletrônicos um maior número de informações que os representantes do poder legislativo estadual e em algumas regiões (Nordeste e Centro-oeste) evidencia mais informações que o executivo estadual.

Tabela 9 – Nível de evidenciação *accountability* Judiciário Estadual – Regiões

Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	\bar{x}_2	Nível
Norte	22%	22%	31%	31%	38%	59%	59%	38%	Baixo
Nordeste	19%	19%	22%	31%	50%	63%	69%	39%	Baixo
Centro Oeste	16%	22%	41%	44%	59%	63%	69%	45%	Baixo
Sudeste	13%	16%	28%	31%	41%	41%	50%	31%	Baixo
Sul	50%	50%	58%	58%	75%	75%	75%	63%	Médio
\bar{x}_1	24%	26%	36%	39%	53%	60%	64%	47%	Baixo
Nível Anual	MB	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio	Baixo	

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de comparar os níveis de evidenciação de informações necessárias a *accountability* disponibilizadas via portais eletrônicos pelos poderes legislativo, executivo e judiciário foram verificadas as páginas eletrônicas dos diversos órgãos que compõem os poderes nas esferas federal, estadual (incluindo-se nesta o Distrito Federal) e municipal.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que há uma tendência crescente de aumento no nível de evidenciação das informações necessárias ao processo de *accountability* nos portais eletrônicos dos órgãos que compõem o Estado nas três esferas. Esse fato pode ser justificado pela maior atenção dada a esse tema nos últimos anos e também pelo incentivo a essas ações ocorrido com a publicação recente de normas que prezam uma maior publicidade das informações geradas pelos órgãos da administração pública.

Quadro 1 – Comparativo entre o nível de evidenciação das informações

Esfera	Federal	Estadual	Municipal
Executivo	73%	45%	30%
Legislativo	51%	24%	19%
Judiciário	48%	47%	-

Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa comparativa realizada demonstrou que os sites eletrônicos do poder executivo apresentam um maior nível de divulgação via internet que os portais eletrônicos dos outros poderes. No entanto, conforme quadro acima um mesmo poder apresenta variações nesse nível de acordo com a esfera em que é analisado.

Enquanto o executivo federal divulgou em média 73% das informações pesquisadas, esse mesmo poder na esfera municipal divulgou apenas 30%. Esse fato demonstra as disparidades existentes dentro de um mesmo poder quanto ao nível de evidenciação de informações necessárias ao processo de accountability. Esse mesmo comportamento pode ser observado no poder legislativo.

Os órgãos analisados no âmbito federal em todos os anos pesquisados apresentaram maior número de informações divulgadas em seus sítios eletrônicos do que os órgãos das outras esferas, sendo que apenas no judiciário essa diferença não foi elevada, visto que esse poder evidenciou informações de forma homogênea nas duas esferas em que foi analisado, tanto o judiciário federal quanto o estadual divulgando informações em nível baixo.

Para desenvolvimento de trabalhos futuros se sugere verificar outras interfaces do conceito de accountability, além de aumentar o número de órgãos que compõem a amostra e também o horizonte temporal de colheita de dados para melhor avaliar o processo de evolução da publicidade e transparência de informações necessárias ao exercício da *accountability* no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo Santos. *Accountability*, governo local e democracia: investigação em portais municipais do estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2007.

ARAÚJO, Paulo Sérgio Sabino de. A tecnologia de informação como ferramenta de transparência orçamentária: evolução dos sistemas orçamentários e o desafio da integração governamental. Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), 2008.

BADIN, Luiz Armando . A Renovação Administrativa do Poder Judiciário pela Cultura da Transparência. Revista Interesse Nacional. Ano 5. Número 18, dezembro 2012.

BARBOSA, Alexandre Fernandes. [et al]. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. Revista de Administração Pública. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 05 de maio de 2000.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 27 de maio de 2009.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Brasília, 18 de novembro de 2011.

_____. Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica e dá outras providências. Brasília, 16 de dezembro de 1998.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Brasília, 18 de novembro de 2011.

_____. Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de junho de 2005.

_____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, 16 de maio de 2012.

_____. Resolução nº 102, de 15 dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça –CNJ. Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e

conselhos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 de dezembro de 2009.

_____. Resolução nº 151, de 05 julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça –CNJ. Altera a redação do inciso VI do artigo 3º da Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 de julho de 2012.

_____. Portaria interministerial, nº 140, de 16 de março de 2006, da Controladoria-Geral da União. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Seção 1. 17/03/2006. p. 5.

_____. Presidência da República. Comitê Executivo do Governo Eletrônico. Conheça o Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>. Acesso em: 26 jan. 2013.

BULOS, Uadi Lamêgo. Constituição Federal Anotada, Saraiva, 2000, pág. 563.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. Tecnologia, Inovação e Sociedade. Seminário “Innovación Tecnológica, Economía y Sociedad” VI Módulo de la Cátedra CTS I Colômbia, Setembro de 2002.

CAMPOS, Anna Maria. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Vol. 24. Nº 2, 1990.

CENEVIVA, Ricardo. *Accountability*: novas evidências e novos argumentos: uma revisão da literatura recente. II Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG), São Paulo (SP), 2006. p.02.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br> >, Acessado em: janeiro de 2013

COELHO, S. de C.T. Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000

CORBARI, Ely Célia. *Accountability* e Controle Social: Desafio à Construção da Cidadania. Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil, Jan/Jun 2004.

CRUZ, Flávio da. [et al]. Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 346 p

CRUZ, Flávio da. [et al]. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. Contabilidade vista e revista. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

DANTAS, Arsênio José da Costa e SOUSA Junior, José Geraldo de. Sociedade democrática, direito público e controle externo – Brasília: Tribunal de Contas da União, 2006. 534 p.

DÁLIA, Juliana Jucene Sotero. Participação política no sistema representativo democrático: uma reflexão sobre o processo de *accountability*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1440, 11 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/9991>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

DELGADO, Ana Carolina e GÓMEZ, José Maria. *Accountability* social e o problema da corrupção em Índia, Brasil e África do Sul. Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3912/doc/967796029.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

DOWBOR, Ladislau. A Comunidade Inteligente: visitando as experiências de gestão local. São Paulo: Pólis; Programa de Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. p.18

HIRANO, Ana Carolina Yoshida. *Accountability* no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes. Tese de Doutorado. São Paulo, 2007.

KOPITS, George. Transparency in government operations. Washington, DC: International Monetary Fund, 1998. v, 42 .

LOPES, Fábio Almeida. Princípios do Processo Legislativo: Uma perspectiva interdisciplinar e sistêmica. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2009.

MATTEI, Rejane Esther Vieira. *Accountability*, Democracia e Cidadania Organizada: Uma Análise do Conceito de *Accountability* como Ferramenta de Controle e Transparência na Gestão Pública. Universidade do Estado de Santa Catarina - Escola Superior de Administração e Gerência, Novembro de 2009.

MIRANDA, Luiz F. V. Vasconcellos. PATRÍCIO, Inês. *Accountability*, Corrupção e Desenvolvimento Econômico: O Caso dos Países em Desenvolvimento. VII Encontro da Associação Brasileira da Ciência Política. Recife, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out. 1991.

PALUDO, Augustinho Vicente. Entendendo o *Accountability*. 09 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.comopassar.com.br/home/index.php/inicio/69-teste1.html> 2011>. Acesso em: 21 dez. 2012.

PEDERIVA, João Henrique. *Accountability* no setor público. Contabilidade, gestão e governança. Volume 1, n. 2, 1998).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1.

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (13 de maio de 1999). Acesso em 21 de janeiro de 2013, disponível em Página pessoal de Bresser Pereira: http://www.bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=2005

RIBEIRO, Manuella Maia. Usando a internet para a promoção da transparência: os Portais na América Latina. EACH/USP. São Paulo, 2007.

ROCHA, Heloisa Helena Nascimento. Transparência e accountability no Estado Democrático de Direito: reflexões à luz da Lei de Acesso à Informação. Revista do TCEMG — Transparência e Controle Social — Edição Especial — ano 2012.

SANTANA JUNIOR, Jorge Barros de. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. Dissertação (mestrado), programa Multinstitucional e inter-regional de Pós-graduação em ciências contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recife, 2008.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing *accountability*. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Eds.). The self-restraining state. Power and *accountability* in new democracies. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SCHWANKA, Cristiane. A Processualidade Administrativa como Instrumento de Densificação da Administração Pública Democrática: a Conformação da Administração Pública Consensual. Revista do tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Julho | agosto | setembro 2011 | v. 80 — n. 3 — ano XXIX

TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado – Exercício 2000. Disponível em: <http://www.tce.sc.gov.br/site/publicacoes/livros/pdf/Simplificadofinal.doc>. Acesso em: 21 dez. 2012.

TCU - Tribunal de Contas da União. Relatórios e Pareceres Prévios sobre as contas do Governo da República de 2005. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/publicacoes_institucionais/publicacoes>. Acesso em: 21 dez. 2012

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Edmilson Soares; LIMA, Rafael Costa. *ACCOUNTABILITY*: Uma Análise Comparativa entre o Poder Executivo e Judiciário sobre a Divulgação de dados e informações, em seus Sítios Eletrônicos. EnAPG 2010.

CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; NETO, Orion Augusto Platt. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, volume 18, n. 1. 2007.

GARCIA, Leonardo Pereira. Definição de Critérios para Verificação da Adequabilidade do Modelo Level of Participation, de David Wilcox, como Base para a Classificação dos Objetivos Educacionais em Ações de Estímulo ao Controle Social. Tribunal de Contas da União. Instituto Serzedello Corrêa. Brasília-DF, 2009.

MATTEI, Rejane Esther Vieira. As Práticas de Transparência Governamental Sobre as Contas Públicas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Universidade do Estado de Santa Catarina - Escola Superior de Administração e Gerência, 2011. Disponível em: http://www.osflorianopolis.com.br/arquivos/449_Artigo_TCC_versao_Abnt2.pdf. Acesso em 22 dez 2012.

MOSHER, Frederick C., *The GAO: The Quest for Accountability in American Government*, Westview Press, 1979, pp. 387.

WLASSAK, Thomas. O princípio da publicidade. Considerações sobre forma e conteúdo. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3425>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agencia nacional de águas
Anatel – Agencia nacional de telecomunicações
ANTT – Agencia nacional de transportes terrestres
ANVISA – Agencia nacional de vigilância sanitária
BNDS – Banco nacional de desenvolvimento
BACEN – Banco Central do Brasil
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MPOG – Ministério do planejamento, orçamento e gestão
STF – Superior Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TCU – Tribunal de Contas da União
TICs – Tecnologias da Informação e comunicação
TRF – Tribunal regional federal
TRT – Tribunal regional do Trabalho
TSE – Tribunal superior eleitoral
TST – Tribunal superior do Trabalho
UFRJ – Universidade federal do Rio de Janeiro
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

